



Caderno de Resoluções do Encontro Popular sobre Segurança Pública e Direitos Humanos:

1. Defendemos o poder popular para a transformação radical da política de segurança pública que discrimina e massacra a população, especialmente xs mais pobres, negrxs e moradorxs de favelas, periferias e população em situação de rua. É necessário começar esta construção a partir do trabalho de organização daquelxs que são diretamente atingidos pela lógica de exploração e opressão. Defendemos a organização desde baixo, a partir dos espaços de atuação que (nos quais) historicamente nos apoiamos e também acumulando novas formas de organização frente à reconfiguração do mundo do trabalho no campo e na cidade.

2. Vivemos em cidades extremamente militarizadas. Esta lógica serve apenas para manter privilégios de alguns enquanto a maioria da população sofre com a repressão, especialmente xs mais pobres, negrxs e moradorxs de favelas e periferias. Por isso, a pauta da desmilitarização é fundamental. Neste sentido, defendemos:

- a) Fim das polícias militares e desmilitarização das polícias. Pelo desmonte da ideologia militar que vigora em todas as instituições de segurança pública.
- b) Fim de toda forma de militarização dos territórios a partir das UPPS, Força Nacional, operações militares, entre outros. O Estado deve agir nas favelas e periferias a partir da garantia de direitos e não da militarização.
- c) Controle popular externo da polícia com ouvidorias e corregedorias independentes e autonomia das perícias.
- d) Veto ao uso de armas menos letais pela Guarda Municipal e todas as forças policiais
- e) Fim da resolução 013, que submete as atividades culturais nas favelas a uma lógica militarizada.
- f) Fim do caveirão e da utilização de todo aparato de guerra pelas forças policiais, inclusive pela polícia civil.
- g) Necessidade de aprofundar e acumular o tema da desmilitarização, a partir de uma agenda de debates dentro das bases populares e favelas, que são as mais atingidas pela militarização. As atividades devem ocorrer de forma itinerante e ter como perspectiva a construção de um ato unificado das favelas.
- h) Auditoria e publicação crítica dos gastos militares.
- i) Política nacional para reparação aos familiares de vítimas de violência do Estado.
- j) Repúdio às práticas de “safari humano” nas favelas, com um turismo que espetaculariza nossos problemas sociais.
- k) Apoio, se necessário, à federalização e internacionalização de graves violações de Direitos Humanos e crimes emblemáticos cometidos contra a população pobre negra e periférica.
- l) Criação de uma rede nacional autônoma de denúncia, solidariedade e fortalecimento da defesa das populações vítimas de violência de Estado.

3. Somos contra a política de recolhimentos e internações forçadas da população em situação de rua, muitas vezes com a desculpa do combate ao uso de drogas. Lutamos pelas políticas públicas intersetoriais que priorizam a ênfase comunitária numa perspectiva antimanicomial (CAPS, Centros de Convivência, Consultórios na Rua). Não aceitamos políticas que adotam a internação como principal opção, contrariando os princípios da reforma psiquiátrica antimanicomial. Consideramos a política de recolhimento compulsório e as ameaças das internações como uma política higienista voltada para as ruas e não para o cuidado das pessoas. Repudiamos todas as formas de privatização das políticas sociais e os convênios com Comunidades Terapêuticas para internações, que em sua maioria são geridas por grupos religiosos e adotam a “cura pela fé”. Afirmamos a necessidade de garantia de direitos dos usuárixs dos serviços de saúde mental com respeito à diversidade sexual e à liberdade religiosa. Defendemos o Estado laico como fundamental para as políticas públicas.

4. Apontamos a necessidade de descriminalização e legalização das drogas, acompanhada do fortalecimento de políticas de saúde pública e de conscientização sobre seu uso problemático. Precisamos aprofundar o debate a respeito de novos modelos de políticas sobre drogas, no sentido de avançar para o fim da chamada “guerra às drogas”, que discrimina e criminaliza pobres, negrxs e moradorxs de favelas e periferias. Identificamos o combate às drogas ilícitas como um dos principais argumentos para justificar o atual modelo de segurança pública. Somos contra o PL Complementar 37, que avança na privatização da saúde e amplia o controle penal sobre usuárixs e varejistas do comércio de drogas ilícitas.

5. Temos direito de nos manifestar. Lutamos contra a criminalização de nossas formas de resistência. A mesma polícia que reprime as manifestações nas ruas, mata nas favelas. Defendemos a presença da Defensoria Pública nas Delegacias para a garantia do direito de defesa legal. Somos contra a lei antiterrorismo, Projeto de Lei 728/2011, que intensifica a criminalização das nossas formas de luta.

6. Defendemos a auditoria da dívida pública. Só no mês de janeiro desse ano, o Estado do Rio de Janeiro gastou R\$ 280 milhões com a mesma. Enquanto o governo corta gastos a partir da retirada dos nossos direitos, a dívida pública serve ao enriquecimento do sistema financeiro.

7. Consideramos necessário fortalecer as mídias alternativas e a cultura popular. A mídia dos grupos empresariais é um dos grandes instrumentos para a ideologia dominante, que distorce a realidade, justifica a precarização da vida da maioria da população e discrimina negrxs, pobres, nordestinxs, mulheres, LGBTs e moradorxs de favelas e periferias. Neste sentido, defendemos:

- a) A valorização da mídia independente e o uso das redes sociais disponíveis.
- b) Uma nova lei de comunicação, que avance no controle público e combata o oligopólio dos grandes veículos.
- c) A utilização da cultura e educação popular como ferramentas de resistência e valorização da cultura local.
- d) O repúdio ao fechamento das rádios comunitárias, como a Rádio Prazeres FM.
- e) O repúdio à espionagem estadunidense que viola a soberania de estados nacionais e a privacidade dos cidadãos. Pelo fim da ABIN, agência que monitora e colabora com a criminalização dos movimentos sociais e nossas formas de resistência.
- f) A concessão imediata de asilo político para Edward Snowden.

8. Defendemos o direito à memória, verdade e justiça e a responsabilização dos agentes públicos e privados que colaboraram com as violações de direitos humanos praticadas contra opositores da ditadura civil-militar. Compreender os acontecimentos e resgatar nossa história é fundamental para a leitura da realidade e para a organização popular. Identificamos como importantes instrumentos hoje as Comissões Nacional e Estadual da Verdade, porém estas precisam ser mais efetivas em suas ações.

9. Combatemos a precarização das relações de trabalho, fruto do avanço do neoliberalismo e da atual crise do capital, e defendemos o fortalecimento das pautas dos trabalhadorxs. Defendemos a redução da jornada de

trabalho sem redução de salários e combatemos o avanço das privatizações, que em prol dos lucros precarizam a vida da maioria da população.

10. Destacamos a necessidade de um transporte público de verdade e de qualidade, que seja estatizado, sem indenização, e sem cobrança de tarifas aos usuários. O direito de ir e vir deve ser garantido, com o acesso de todos aos bens e serviços nos diferentes territórios da cidade. É necessário articular partidos, movimentos sociais, organizações sindicais, coletivos e sujeitos não organizados no sentido da construção de um processo de fortalecimento das lutas.

11. Diagnosticamos que, no lugar de garantir direitos, o poder público usa a violência policial nas ruas e intensifica os encarceramentos, lotando presídios, carceragens, o sistema socioeducativo, manicômios e abrigos. A privação da liberdade em massa e discriminação dos mais atingidos pela lógica repressora é uma realidade que precisamos combater. Nesse sentido, defendemos as seguintes reivindicações para conter o poder de punição do Estado e seus abusos:

- a) Somos contra o aumento do tempo de internação para adolescentes no sistema socioeducativo e a redução da maioridade penal.
- b) O fim das privatizações dos presídios.
- c) O fim dos manicômios e pelo resgate da memória histórica das violações ocorridas nesses espaços.
- d) A garantia ao preso ao acesso à informação sobre os seus processos e demais direitos previstos em lei: garantia ao voto, acesso à saúde, educação, aos seus documentos no momento da saída, garantia da visita íntima das mulheres presas.
- e) Fim do atual processo de indicação política pelos chefes do poder executivo e pela democratização direta do processo de escolha das chefias-gerais dos Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.
- f) Mais estrutura material e financeira para que o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ) tenha condições de fazer um monitoramento mais amplo dos espaços de privação de liberdade, inclusive os localizados no interior do Estado, e para que esta possa dar mais visibilidade às suas atividades.
- g) A diminuição da aplicação de penas privativas de liberdade e cumprimento da nova lei das cautelares; monitoramento da comissão de reforma da Lei de Execução Penal; combate à banalização da prisão provisória; ampliação do número e descentralização regional das Varas de Execuções Penais.
- h) A ampliação do debate sobre a importância do auxílio-reclusão.
- i) O fim do exame criminológico.
- j) O respeito ao limite de vagas das prisões, assegurando que a entrada de detentos acima desse limite importará na saída daqueles mais próximos de progredir de regime e sair em liberdade. Repudiamos a construção de novos presídios como solução para superlotação, uma vez que defendemos a diminuição do poder punitivo do Estado.
- k) Cursos profissionalizantes nas instituições de privação de liberdade e políticas para egressos, de forma a garantir o acesso ao trabalho.
- l) Mutirão de desencarceramento dos presos, articulando os diferentes órgãos e atores competentes.
- m) O fim da banalização da prisão preventiva e a aprovação da PEC 207, que prevê presença da Defensoria Pública nas Delegacias para a garantia do direito de defesa legal.

12. Queremos direitos, não violência de Estado. Neste sentido, defendemos a educação e saúde universais, públicas, gratuitas, horizontais e que atendam aos interesses da população. Da mesma forma, não toleramos remoções e despejos forçados para benefício dos negócios imobiliários. Para garantia dos direitos humanos é necessário um plano popular de moradia, mobilidade, trabalho, comunicação, cultura e lazer. Queremos políticas públicas de verdade no lugar dos atuais projetos privatizantes.

13. Precisamos aprofundar e transversalizar o debate da lógica machista, homofóbica, racista, elitista e proi-

bicionista de nossa sociedade, inclusive nos próprios espaços de luta, que também reproduzem relações desiguais. Identificamos que entre xs atingidxs, os que mais sofrem com a retirada de direitos e a discriminação são os gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, mulheres, povos de terreiros, indígenas, quilombolas, povos tradicionais, pessoas com deficiência, jovens e negrxs. Não queremos o uso mercadológico de nossas pautas, uma vez que as opressões são usadas pelo capitalismo para aprofundar a exploração à maioria da população. Devemos combater a reprodução da discriminação nos materiais pedagógicos, mídias, espaços públicos e em nossas organizações. Somos a favor do Estado laico, combatemos a imposição dos interesses de fundamentalistas religiosos nos rumos das políticas públicas. Endossamos a Campanha “Fora Feliciano”, em defesa da diversidade, dos direitos humanos e do Estado laico.

14. Não aceitamos o argumento dos megaeventos e megaempreendimentos para medidas que retiram nossos direitos e aumentam a violência do Estado. Remoções e despejos, criminalização das nossas formas de resistência, políticas higienistas são alguns exemplos das ações elitistas que estão sendo implementadas sob pretexto desses eventos. Repudiamos essa atuação do Estado e o uso de recursos públicos para atender interesses privados. Reivindicamos o fim das remoções em nome da Copa e das Olimpíadas e a desprivatização do Complexo do Maracanã.

a) Continuaremos com as articulações do Encontro Popular sobre Segurança Pública e Direitos Humanos em um espaço de Fórum, para trabalhar com os conteúdos acumulados no evento e traçar formas de luta e resistência. Acumulamos desde já diversas propostas a serem trabalhadas:

b) Evento pós-ENPOP das agendas feministas, LGBTQTs, antiproibicionistas e antirracistas; exigir políticas públicas concretas como políticas de proteção e segurança às mulheres em risco de vida e violência; creches e escolas de ensino básico integral; lavanderias públicas; restaurantes públicos; descriminalização do aborto; repúdio ao estatuto do nascituro.

c) Resistir ao atual quadro de violência policial realizando: coleta de relatos sobre violência, principalmente na Zona Oeste; atos contra a violência policial; atividades sobre a desmilitarização da polícia.

d) Em conjunto com os movimentos de favelas: construir atos nos territórios que mais são atingidos pela atual política de segurança pública; realizar atividades nas favelas sobre a conjuntura atual e sobre criminalização da juventude negra e guerra às drogas; criação de uma rede nacional autônoma de denúncia, solidariedade e fortalecimento da defesa das populações vítimas de violência de Estado.

e) Promover atividades e articulações que potencializem mobilizações já existentes através da troca de conhecimento e experiências políticas e culturais.

f) Além dos debates já citados, fomentar atividades críticas a respeito dos seguintes temas: encarceramento em massa, articulando-o ao debate antiproibicionista; poder popular; reforma agrária.

g) Defender a palavra de ordem “Fora Cabral”, uma vez que identificamos este governo como autoritário e privatista, uma gestão que aprofundou a política de segurança pública marcada pelas incursões e chacinas nas favelas, intensificação do uso de blindados, do orçamento para o aparato de guerra do Estado e criminalização dxs pobres e negrxs e das formas de resistência popular.

h) Combater as medidas que acirram a política de criminalização e retirada de direitos de todas as esferas de governo: federal, estadual e municipal.

i) Sobre a auto-organização do ENPOP, fica indicado que: se incorporará a campanha pelo fora as tropas militares brasileiras do Haiti; manutenção da página do ENPOP no facebook, enquanto espaço de discussão e divulgação das articulações

j) Sobre o calendário do ENPOP: atividade urgente sobre violência policial, organizar uma cartilha popular a partir dos acúmulos do ENPOP que deverá ser trabalhada em espaços itinerantes nas favelas e ser lançada no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos; atividades de formação política com os temas apontados; articular o ENPOP Nacional.